

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de março de 2011.

Edição nº 646

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins	3
Editais	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias	6
-----------------	---

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	6
Boletins de Pessoal	6
Súmulas de contrato e convênios	7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	7
----------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0317/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO**, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR, até 30 de abril de 2011, a Portaria nº 2839/2010, atinente à redistribuição das atribuições nas Promotorias de Justiça Cível e Especializada de Santa Rosa, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:

1º Promotor de Justiça: 1ª Vara Cível e processos pares da 3ª Vara Cível, e Defesa do Patrimônio Público – art. 5º, VI, do Provimento nº 12/2000.

2º Promotor de Justiça: 2ª Vara Cível e processos ímpares da 3ª Vara Cível, Direitos Constitucionais, Pessoas Portadoras de Deficiência, Defesa do Consumidor, Fundações, Saúde Pública e Defesa dos Direitos do Idoso – art. 5º, I, III, V, XII, XIII e XIV, do Provimento nº 12/2000 –, infrações penais contra as relações de consumo previstas nas Leis nº 8.078/1990 e 8.137/90 e delitos contra o idoso descritos na Lei nº 10.741/2003.

Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:

Promotor de Justiça: Criança e Adolescente, bem como Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural – art. 5º, II e IV, do Provimento nº 12/2000.

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2011, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de março de 2011.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça Interino.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 0381/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO**, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR, até 14 de março de 2011, a Portaria nº 1635/2010, atinente à redistribuição de atribuições no 1º e 3º cargos da Promotoria de Justiça de Esteio, na forma que segue:

Promotoria de Justiça de Esteio:

1º Promotor de Justiça: JECrim, precatórias criminais, processos afetos à Lei Maria da Penha e crimes apenados com detenção (atribuições análogas à competência da Pretora);

3º Promotor de Justiça: Crimes apenados com reclusão, Júri e execuções penais (atribuições análogas à competência do Juiz de Direito titular da Vara Criminal).

Esta Portaria será observada no período compreendido entre 15 de janeiro e 14 de março de 2011, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de março de 2011.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça Interino.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

BOLETIM Nº 133/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Axel Heyer Mindof de Oliveira	3448770/1	01 03 %	04/02/2011
Renata Selistre da Silva	3437213/1	03 03 %	15/02/2011

NOME	ID	LICENÇA - PRÊMIO / QUINQ
Fernando Prange Martini	3446573/1	02/03/2006 a 28/02/2011
Newton de Lavra Pinto Moraes	3437078/1	01/03/2006 a 27/02/2011
Ricardo Andrade Grecelle	3436381/1	04/02/2006 a 02/02/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de março para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 134/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Airton Jose Buenavides da Silva	3349543/2	10 05 %	10/02/2011
Alex Fabiani Martins de Souza	3432416/1	08 03 %	04/02/2011
Ana Paula Ucha Ribeiro Hartmann	3444252/1	04 03 %	18/02/2011
Anelise Volkweis	3429040/1	06 05 %	05/02/2011
Beatriz Lima Dias	3436519/1	07 03 %	15/02/2011
Cesio Luiz Velleda Lazaro da Silva	3440150/1	05 03 %	21/02/2011
Cristina Medeiros Goncalves	3443248/1	03 03 %	26/02/2011
Daniel Benin de Moraes	3445941/1	02 03 %	19/02/2011
Elisangela Guilherme Vieira Kublik	3449050/1	04 03 %	19/02/2011
Heloisa Miller Lucas	3427510/1	07 05 %	23/02/2011
Inacio Rogerio Dutra Tavares	3451054/1	04 03 %	23/02/2011
Jose Adriano Ribeiro D Avila	3446670/1	04 03 %	04/02/2011
Karina de Figueiredo Palacios Nassif Azem	3445917/1	02 03 %	07/02/2011
Luciana Taschetto	3445925/1	02 03 %	07/02/2011
Luis Clovis Machado da Rocha	3436322/1	04 03 %	22/02/2011
Marcal Werhli	3434559/1	05 03 %	23/02/2011
Marcelo Dahmer Estivalet	3381331/2	03 03 %	24/02/2011
Marcos Isaia Pinheiro	3426289/1	08 05 %	18/02/2011
Maria Helena Bragagnolo	3431690/1	03 03 %	07/02/2011
Rejane do Carmo Martins Palmeiro	3447685/1	05 03 %	07/02/2011
Rodrigo Dias Rivera	3434028/1	04 03 %	06/02/2011
Rodrigo Felix Veloso	3445933/1	02 03 %	12/02/2011
Rodrigo Pierini Vilanova	3445470/1	04 03 %	18/02/2011
Rogerio Pereira Jacks	3446417/1	02 03 %	03/02/2011
Telmo Tadeu Santanna Bitello	3434060/1	05 03 %	09/02/2011



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE
Cesio Luiz Velleda Lazaro da Silva	3440150/1	01 15 %	21/02/2011
Marcal Werhli	3434559/1	01 15 %	23/02/2011
Rejane do Carmo Martins Palmeiro	3447685/1	01 15 %	07/02/2011
Telmo Tadeu Santanna Bitello	3434060/1	01 15 %	09/02/2011

NOME	ID	LICENÇA – PRÊMIO / QUINQ
Andreia Cardoso Barth	3436578/1	27/02/2006 a 25/02/2011
Angela Cristina Fiorioli Dahmer	3436462/1	08/02/2006 a 06/02/2011
Antonio Celso Dalle Molle	3436390/1	04/02/2006 a 02/02/2011
Beatriz Lima Dias	3436519/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Cesar Henrique Mallmann	3436560/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Claudia Moreira da Luz	3446530/1	16/02/2006 a 14/02/2011
Dirceu Luis Alves	3428176/1	27/02/2006 a 25/02/2011
Eder Luis Zucchetto	3436365/1	04/02/2006 a 02/02/2011
Edgar Antonio Trevisan	3378586/2	14/02/2006 a 12/02/2011
Elizeu Hahn	2452960/2	07/02/2006 a 05/02/2011
Emilio Renato Sarzenski	3436446/1	04/02/2006 a 02/02/2011
Fatima Rosane Silva de Souza	3446549/1	15/02/2006 a 13/02/2011
Gilson Gilberto de Medeiros	3439500/1	25/02/2006 a 23/02/2011
Joao Hartmann	3425410/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Luciane Di Diego Antunes	3446514/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Luise Schirrmann	3396703/2	02/03/2006 a 28/02/2011
Luiz Afonso A Escosteguy	3436497/1	07/02/2006 a 05/02/2011
Mara Ines Balem Kuse	3446565/1	22/02/2006 a 20/02/2011
Margareth Bersch Lieske	3436551/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Paulo Ricardo Fraga Ribeiro	3436586/1	28/02/2006 a 26/02/2011
Reli Altamiro Segat	3428044/1	02/03/2006 a 28/02/2011
Roseli Gomes da Silveira do Amaral	3436527/1	14/02/2006 a 12/02/2011
Sandra Marcia Borges Correa	3436373/1	04/02/2006 a 02/02/2011
Sergio Bier	3430677/1	08/02/2006 a 06/02/2011
Silvana Doris Perin	3446522/1	13/02/2006 a 11/02/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.**JANETE MENEZES FAGUNDES**,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de março para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 135/2011**A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder a vantagem a seguir:

NOME	ID	LICENÇA – PRÊMIO / QUINQ
Ana Paula Nosari Solari	3379710/2	25/01/2006 a 23/01/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.**JANETE MENEZES FAGUNDES**,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagem prevista para o mês de março para o funcionário do quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

BOLETIM Nº 136/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	LICENÇA – PRÊMIO / QUINQ
Alecio Silveira Nogueira	3356990/2	10/02/2006 a 08/02/2011
Claudia Maria Cezar Massing	3427994/1	10/02/2006 a 08/02/2011
Claudio da Silva Leiria	3357058/2	20/02/2006 a 18/02/2011
Gerson L Kirsch Daiello Moreira	3425908/1	12/02/2006 a 10/02/2011
Jair Joao Franz	3357139/2	11/02/2006 a 09/02/2011
Mauricio Trevisan	3356957/2	10/02/2006 a 08/02/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de março para os membros do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

BOLETIM Nº 137/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder a vantagem a seguir:

NOME	ID	LICENÇA – PRÊMIO / QUINQ
Fábio Costa Pereira	2960710/2	30/11/2005 a 28/11/2010

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagem prevista para o mês de março para o membro do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

BOLETIM Nº 138/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento nº 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais nº 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 18 meses, a contar do dia 02/03/2011, MANOELA GIACOMIN, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 382, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0390/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 068/2011 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Canguçu, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00738.00026/2005, em que investigado o Município de Canguçu.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 069/2011 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00783.00121/2010, em que investigada a empresa Melo&Mello Segurança Ltda..

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA Nº 49/2011 - PF ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO ULBRA**, com sede na cidade de Canoas/RS, de conformidade com o que consta do Processo PR.00958.00383/2011-7.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de março de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 0411/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais, decide, **INDEFERIR** o Pedido de Reconsideração relativo ao Processo Administrativo Disciplinar, **SPU.PR.01055.00267/2010-4**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de março de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Registre-se e Publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral

BOLETIM Nº 139/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PRORROGAR

- a Portaria nº 0610/2010, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 01 de março de 2011, que reduziu a carga horária da servidora VERA LÚCIA ANDRADE DE AGUIAR, Agente Administrativo, ID nº 3431860, para 20 (vinte) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 1º, da Lei nº 7.253/79 e do Art. 35, do Decreto nº 3.298/99 (PR.01182.00050/2009-2 - Port. 0321/11).

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de março de 2011, a carga horária do servidor FÁBIO JUNIOR TIECHER, Assistente de Promotoria de Justiça, ID nº 3494411, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei nº 7.253/79 (PR.00576.00108/2011-0 - Port. 0322/11).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 02 (dois) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor GUILHERME CORRÊA GONÇALVES, Assessor – Bacharel em Administração, ID nº 2371944, registrada no Boletim nº 2723/2002, publicado no D.O. de 12/04/02, referente ao quinquênio de efetividade de 04/03/97 a 02/03/02, em conformidade com a lei nº 10.098/94 (Requerido em 24/01/2011 – PR.00576.00069/2011-4 - Port. 0311/11).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor GUILHERME CORRÊA GONÇALVES, Assessor – Bacharel em Administração, ID nº 2371944, registrada no Boletim nº 311/2007, publicado no D.O. de 08/08/07, referente ao quinquênio de efetividade de 03/03/02 a 01/03/07, em conformidade com a lei nº 10.098/94 (Requerido em 24/01/2011 – PR.00576.00069/2011-4 - Port. 0312/11).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor PEDRO IVO PY MARQUES, Agente Administrativo, ID nº 3436152, registrada no Boletim nº 083/2011, publicado no D.O. de 14/02/11, referente ao quinquênio de efetividade de 21/02/06 a 19/01/11, em conformidade com a lei nº 10.098/94 (Requerido em 15/02/2011 – PR.00828.00008/2011-8 - Port. 0393/11).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora ISABEL ANA ROMAN, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID nº 3442055, registrada no Boletim nº 306/2008, publicado no D.O. de 08/08/08, referente ao quinquênio de efetividade de 23/07/03 a 20/07/08, em conformidade com a lei nº 10.098/94 (Requerido em 10/02/2011 – PR.00906.00016/2011-6 - Port. 0394/11).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 02 (dois) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora LUCIANA MARTINS RIBEIRO, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID nº 3442055, registrada no Boletim nº 52/2008, publicado no D.O. de 13/02/08, referente ao quinquênio de efetividade de 20/01/03 a 18/01/08, em conformidade com a lei nº 10.098/94 (Requerido em 24/02/2011 – PR.00828.00012/2011-0 - Port. 0395/11).

ALTERAR

- o nome da servidora Loriane Schinoff da Silveira, ID nº 3452514, para LORIANE SCHINOFF DA SILVEIRA BERGMANN, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ESTÂNCIA VELHA PROCESSO Nº 1695-09.00/03-2

LOCADOR: INÁCIO KONRAD; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 19 de fevereiro de 2011, do prazo do contrato de locação do imóvel localizado na Rua Adolfo Mattes, nº 105, pavimento superior, em Estância Velha/RS, destinado à instalação e ao funcionamento da Promotoria de Justiça da Cidade; reajuste do valor da locação, de acordo com a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 11,50%, passando a R\$ 1.061,97 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula segunda e terceira, parágrafo primeiro, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 12172-09.00/08-4 PREGÃO Nº 60/08

CONTRATADA: VIVO S/A; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços móveis pessoais, por 12 (doze) meses, a contar de 19 de março de 2011, sem reajuste de preços; alteração do preço unitário do item 1.14 – pacotes com modems para computadores USB, volume ilimitado, conforme Edital – para R\$ 21,45, a contar de 19 de março de 2011; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3980; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

RETIFICAÇÃO SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.22779

CONTRATADA: MARELLI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.; **OBJETO:** retificação da súmula publicada em 24 de fevereiro do ano em curso, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para fazer constar que o objeto da contratação é a aquisição de peças e componentes do mobiliário existente na sede institucional, necessários em razão da readequação de espaços, e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PROCESSO Nº 12251-09.00/08-6

LOCADORES: MARA ELISABETH WITZ, EDUARDO ALOISIO WITZ e SUZANA MARIA WITZ PISSETTI; **OBJETO:** prorrogação, por 06 (seis) meses, a contar de 11 de março de 2011, do prazo do contrato de locação do imóvel localizado na Rua Fernando Abbott, nº 670, em Santa Cruz do Sul/RS, com área de 547,11 m2, destinado à instalação e ao funcionamento da Promotoria de Justiça da cidade; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula segunda do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO CO.23579

CONTRATADA: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG; **OBJETO:** prestação de serviços de diagramação, impressão, leitura de dados e elaboração de relatórios referentes a provas de concursos públicos; **VALOR TOTAL:** R\$ 13.727,66; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 16/03/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 013/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 02/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Gislaíne Rossi Luckmann, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa decorrente da dispensa de licitação para continuidade das obras de ampliação de Hospital.

2) Inquérito Civil, nº 01/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de São Francisco de Assis, com a finalidade de apurar possível inadimplemento de Município com empresa, referente a energia elétrica de entidades e órgãos de município.



3) Inquérito Civil, nº 01/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça Eldorado do Sul, com a finalidade de apurar possível ilicitude na contratação de empresa para veiculação de publicidade legal de Município, através do processo de licitação, na modalidade pregão eletrônico.

4) Inquérito Civil, nº 02/2011, instaurado pelo Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de apurar possíveis gastos com diárias dos representantes do Poder Legislativo de Município.

5) Inquérito Civil, nº 01/2011, instaurado pelo Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de apurar possíveis gastos com diárias dos representantes do Poder Executivo de Município.

6) Inquérito Civil, nº 05/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades ocorridas no cumprimento do horário de trabalho de servidor da Prefeitura de Município.

7) Inquérito Civil, nº 33/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa ocorridas por parte de administração de Município.

8) Inquérito Civil, nº 08/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça Eldorado do Sul, com a finalidade de apurar o pagamento indevido de diárias a servidores e vereadores de Câmara de Município.

9) Inquérito Civil, nº 11/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

10) Inquérito Civil, nº 27/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar possíveis pagamentos irregulares de diárias para participação em curso de integração de câmara dos vereadores.

11) Inquérito Civil, nº 28/2010, instaurado pela Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventuais ilegalidades em edital de pregão presencial, que visa a contratação de empresa.

12) Inquérito Civil, nº 306/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de fiscalizar a cobrança de débitos determinados pelo TCE-RS.

13) Inquérito Civil, nº 304/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível utilização de material e mão de obra de município para realização de obras em terrenos particulares.

14) Inquérito Civil, nº 08/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Jaguari, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa ferindo o princípio da impessoalidade.

15) Inquérito Civil, nº 10/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cintia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Jaguari, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa em Município.

16) Inquérito Civil, nº 09/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cintia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Jaguari, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na conta do Fundo Nacional do Meio Ambiente de município.

17) Inquérito Civil, nº 11/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cintia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Jaguari, com a finalidade de apurar possível descumprimento da lei das licitações por parte da administração de município.

18) Inquérito Civil, nº 57/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar deficiência na prestação do serviço de transporte público em bairro de município.

19) Inquérito Civil, nº 63/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar eventual improbidade administrativa na contratação de empresa para concurso público em município.

20) Inquérito Civil, nº 63/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar eventual improbidade administrativa na contratação de empresa para concurso público em município.

21) Inquérito Civil, nº 64/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar o pagamento de aluguel, por poder judiciário, em imóvel particular, sem utilização pública do bem.

22) Inquérito Civil, nº 23/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa em contrato realizado por município em relação a prestação de serviço de limpeza urbana.

23) Inquérito Civil, nº 10/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leandro Capaverde Pereira, da Promotoria de Justiça de Santo Cristo, com a finalidade de apurar irregularidades ocorridas em concurso público realizado por Prefeitura de município.

24) Inquérito Civil, nº 14/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Shenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de apurar os fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Estadual incumbe resguardar.



25) Inquérito Civil, nº 15/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Shenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de apurar a ocorrência de improbidade administrativa, consistente na celebração de contrato com o poder público por vereador com empresa de sua propriedade.

26) Inquérito Civil, nº 160/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na licitação para a contratação de empresa que fornecera banheiros químicos a município.

27) Inquérito Civil, nº 63/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, da Promotoria de Justiça de Ivoti, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na contratação de empresa terceirizada na área da saúde em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 03/2011 - CAO

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, NA IMPOSSIBILIDADE DA COORDENADORA TITULAR, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE CAPÃO DA CANOA

Inquérito Civil nº 027/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com a finalidade de apurar possível ocorrência de rotulagem de produtos nas dependências do Supermercado Roxo, em afronta ao artigo 534 do Decreto Estadual que determina que a rotulagem dos produtos industrializados deve ser feita no próprio estabelecimento industrial.

PROMOTORIA DE CANGUÇU

Inquérito Civil nº 002/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Edson Joaquim Vitt Fernandes da Promotoria de Justiça de Canguçu com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, ao consumidor e à ordem urbanística, decorrente de parcelamento irregular, em tese, de uma área originária de 5.249,16m², circundada pela Av. 21 de Abril e Arroio do Curtume, cortada por ruas sem denominação e pelo prolongamento da Rua Arlindo Almeida. Sobre a referida gleba originária, acabaram ocorrendo sucessivas transferências de domínio de pequenas parcelas ideais, em condições que fizeram suspeitar da constituição de um loteamento urbano desconforme com as normas legais a respeito da matéria, tendo como investigados Breno Hartwig e o Município de Canguçu.

PROMOTORIA DE CAXIAS DO SUL

Inquérito Civil nº 233/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar eventuais danos aos consumidores pela possível cobrança indevida de valores nas contas de energia elétrica, tendo como investigado Empresa RGE – Rio Grande Energia.

PROMOTORIA DE MONTENEGRO

Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto da Promotoria de Justiça de Montenegro com a finalidade de apurar possível deficiência e má qualidade na prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros entre os Municípios de Montenegro e Porto Alegre, tendo como investigados VIMSA e METROPLAN.

PROMOTORIA DE NÃO-ME-TOQUE

Inquérito Civil nº 001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque com a finalidade de apurar suposto dano ao consumidor, decorrente da prática comercial irregular (abusiva ou enganosa) na realização da promoção denominada “Leve Mais e Pague Menos” para determinados produtos (por exemplo, refrigerante em lata), consistente em cobrar valor idêntico ao produto adquirido fora da citada promoção, tendo como investigado Supermercado Cotrijal;

Inquérito Civil nº 004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque com a finalidade de apurar possível prática comercial indevida, consistente no fornecimento de serviço em desacordo com o artigo 16 do Decreto Lei nº 24.492/34, que veda que estabelecimentos comerciais (óticas) indiquem profissionais de oftalmologia, ou distribuam cartões ou vales com direito a consultas gratuitas, remuneradas ou com preço reduzido, junto a estes profissionais, por parte da empresa Sandro Joalheiro e Óptica.

PROMOTORIA DE OSÓRIO

Inquérito Civil nº 001/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Méia Corrales da Promotoria de Justiça de Osório com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em abatedouro de bovinos, com prejuízo à saúde pública e aos consumidores em geral, tendo como investigado Abate De Animais Albatroz Ltda.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

Inquérito Civil nº 035/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposto descumprimento de oferta, tendo como investigada Flandres Comércio Global de Varejo Ltda. (BRANSCLUB);

Inquérito Civil nº 036/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível descumprimento de oferta de entrega de apartamentos, tendo como investigado INPAR Projeto Residencial Park Plaza Spe Ltda.;

Inquérito Civil nº 037/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de produto “in natura” com vício de qualidade, tendo como investigados Velercy dos Santos Justin e Osmério L.J. dos Santos/Lenara T. Santos;



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

Peça de Informação nº 038/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar disponibilidade de assentos nos voos através do plano de fidelidade TAM, tendo como investigada TAM Linhas Aéreas S/A;

Inquérito Civil nº 039/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta violação, em tese, do direito básico de informação (art. 6º, III, do CDC), tendo como investigada Claro Digital;

Inquérito Civil nº 040/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização irregular de gás de cozinha, tendo como investigado Posto de Gás Fernandes Ltda.;

Inquérito Civil nº 041/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização irregular de gás de cozinha, tendo como investigado Supermercado Lami Ltda.;

Inquérito Civil nº 042/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática abusiva consistente na cobrança de boleto bancário, tendo como investigada Universo Online S.A. – UOL;

Inquérito Civil nº 043/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática abusiva consistente na cobrança de taxa de tratamento de esgoto quando o serviço não estava sendo prestado, tendo como investigada a CORSAN;

Inquérito Civil nº 044/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência no serviço de atendimento ao consumidor (SAC), tendo como investigada VRG Linhas Aéreas S.A.;

Inquérito Civil nº 045/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática abusiva consistente no descumprimento de oferta referente a produto adquirido pela Internet, tendo como investigado o [site www.brasutil.com](http://www.brasutil.com);

Inquérito Civil nº 046/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática abusiva e deficiência na prestação de serviços aos cessionários de jazigos, tendo como investigado CORTEL – Comunidade Cemitério São José I e II;

Inquérito Civil nº 047/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual publicidade abusiva do produto “laptop da Xuxa”, referente ao estímulo do consumismo infantil, tendo como investigada Candide Indústria e Comércio Ltda.;

Inquérito Civil nº 050/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta cobrança abusiva, tendo como investigada Corsan;

Inquérito Civil nº 051/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva referente à negativa de troca de produto que apresentou vício oculto, tendo como investigada Claro S.A.;

Peça de Informação nº 053/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual dificuldade na devolução de valor na sua conta corrente ou na conta do PagSeguro e dificuldade de atendimento, tendo como investigada pagseguro internet ltda.;

Inquérito Civil nº 054/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual ocorrência de prática abusiva pela oferta enganosa (produto ofertado, mas indisponível) e demora no cancelamento da cobrança, tendo como investigada Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A. (Compra Fácil);

Inquérito Civil nº 065/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço de transporte coletivo na linha Rio Grande/Porto Alegre/Rio Grande, referente à falta de informações da empresa diante das reclamações apresentadas pelos consumidores, ainda que remetidas pela AGERGS, e à baixa temperatura no interior do veículo, tendo como investigado Departamento Autárquico de Transporte Coletivo - DATC.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

Inquérito Civil nº 007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar suposta violação de direito de consumidores pela prática de oferta de produto e/ou serviço defeituoso ou com desempenho inadequado e incompatível com a promessa originária: comercialização de assinatura de TV para recepção de canal fechado para aproximadamente 100 canais, bem como fornecimento de correspondente antena, tendo como investigado Cleo Waldemar Soder Me; Net Brasil.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

Inquérito Civil nº 005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possível propaganda enganosa do Mcdonald's, tendo como investigado Lanchonete Mcdonald's, neste Município.

PROMOTORIA DE SANTA ROSA

Inquérito Civil nº 004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior da Promotoria de Justiça de Santa Rosa com a finalidade de apurar possível transporte de carne bovina sem a devida inspeção sanitária, em condições impróprias para o consumo humano, tendo como investigado Paulo Sergio Piccolo;

Inquérito Civil nº 005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior da Promotoria de Justiça de Santa Rosa com a finalidade de apurar eventual transporte de carne suína sem a devida inspeção sanitária, com características adulteradas e sem nota fiscal de retorno, em condições impróprias para o consumo humano, tendo como investigados Rede Sul 10 Ltda. e Adilson Pereira da Silva.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 646

PROMOTORIA DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Inquérito Civil nº 006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de São José do Norte com a finalidade de apurar possível licitação para concessão do serviço de transporte aquaviário de veículos entre São José do Norte e Rio Grande, tendo como investigado indeterminado.

PROMOTORIA DE SEBERI

Inquérito Civil nº 005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar suposta infração às normas sanitárias, tendo como investigado Mercado Boton;

Inquérito Civil nº 006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar eventual infração às normas sanitárias, tendo como investigado mercado dalla nora;

Inquérito Civil nº 007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar possível infração às normas sanitárias, tendo por investigado Mercado Vitali Ltda.;

Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar suposta infração às normas sanitárias, tendo por investigado açougue do beto.

PROMOTORIA DE TORRES

Inquérito Civil nº 020/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto impróprio para o consumo, com danos e riscos aos consumidores, tendo como investigado Pedro de Favere;

Inquérito Civil nº 021/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de apurar possível comercialização de produto impróprio para o consumo (óculos de sol), com danos e riscos aos consumidores, tendo como investigada Rose Maria Saugo;

Inquérito Civil nº 022/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de apurar eventual comercialização de produto impróprio para o consumo (óculos de sol), com danos e riscos aos consumidores, tendo como investigado Emilete da Silva Carvalho;

Inquérito Civil nº 023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto impróprio para o consumo (óculos de sol), com danos e riscos aos consumidores, tendo como investigado Valdomiro de Oliveira;

Inquérito Civil nº 025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de apurar possível transporte de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Carlos Roni da Cunha Rolim.

PROMOTORIA DE VENÂNCIO AIRES

Inquérito Civil nº 003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César de Melo da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar suposta prática de

adulteração e alteração de leite e outras irregularidades em produtos lácteos industrializados e comercializados pela empresa Fischer Indústria de Laticínios Ltda. - ME, através dos sócios Artur Alfonso Fischer, Laura Fischer, Cássio André Fischer e Júnior Maciel Fischer, especialmente em relação ao leite *in natura* tipo "C", marca Fischer Milk.

PROMOTORIA DE VIAMÃO

Peça de Informação nº 008/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Maria Kologeski Cezar da Promotoria de Justiça de Viamão com a finalidade de apurar eventuais danos aos consumidores em razão da divulgação de publicidade em desacordo com as determinações legais, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil Ltda.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.